

A Grande Rebelião Judicial: Não Eleitos

Juízes federais desafiam o mandato de Trump e violam princípios éticos.

Por Patriotas Anônimos, 25 de abril de 2025.



Figura 1: Em 3 de julho de 2012, após brincar sobre ir para Malta para escapar das críticas ao seu voto decisivo A FAVOR do Obamacare, os EUA O presidente do Supremo Tribunal, John Roberts, chegou na terça-feira à ilha mediterrânea de Malta, onde ministrará um curso durante duas semanas. (*Daily Mail UK*, AP Photo/Lino Arrigo Azzopardi).

Em uma chocante traição à soberania americana, uma conspiração de juízes federais não eleitos...
EU desencadeou um ataque coordenado contra a vontade do povo, obstruindo descaradamente o Presidente.

O mandato esmagador de Donald J. Trump para dismantlar os programas de imigração ilegais de Os democratas derrotados. Reeleito em 5 de novembro de 2024, com uma vitória histórica esmagadora e uma rejeição retumbante ao caos das fronteiras abertas, Trump foi incumbido de proteger as fronteiras do país e restaurar a lei e a ordem. No entanto, nas poucas semanas que se seguiram à sua posse, em 20 de janeiro de 2025, um grupo de juízes ativistas, envolvidos em vestes de imparcialidade, conspirou para frustrar todas as suas ações. Isso não é uma mera falha judicial; é uma violação deliberada, antiética e provavelmente passível de impeachment do [Código de Conduta dos Juízes dos Estados Unidos](#), orquestrado para sustentar o falido

A Grande Conspiração Judicial:

Juízes federais não eleitos desafiam o mandato de Trump e violam princípios éticos.

Página 2

As políticas de seus evidentes patrocinadores democratas foram derrotadas nas urnas. No centro deste escândalo está o Chefe de Justiça John G. Roberts Jr., cuja negligência no cumprimento do dever — manchada por alianças estrangeiras, pelos laços de sua esposa com a elite globalista e por uma trama sinistra envolvendo as Inns of Court — permitiu que essa conspiração florescesse, ameaçando os próprios alicerces de nossa república.



Figura 2: Comunicado de imprensa. (11 de março de 2020). Estônia e Ordem Soberana de Malta estabelecem relações diplomáticas. Ordem de Malta. [A Estônia esteve envolvida na criação do "Dossiê Sujo" de Christopher Steele, que foi usado para tentar organizar um golpe de Estado contra o presidente dos EUA, Donald Trump].

Um ataque coordenado ao mandato de Trump

As evidências são inegáveis e arrepiantes. De 11 a 25 de abril de 2025, juízes federais em todo o país emitiram uma série implacável de decisões para sabotar as reformas imigratórias de Trump, cada decisão carregada de veneno político. **O juiz distrital William Orrick, em São Francisco**, bloqueou a ordem de Trump para reter fundos destinados a cidades-santuário em 24 de abril de 2025, protegendo jurisdições sem lei que desafiam abertamente a aplicação das leis federais de imigração. **Os juízes Charlotte Sweeney, em Denver, e Alvin Hellerstein, em Manhattan**, suspenderam as deportações de imigrantes venezuelanos com base na Lei de Inimigos Estrangeiros (Alien Enemies Act), exigindo um processo legal excessivo para supostos membros de gangues ligados ao grupo Tren de Aragua. **O juiz distrital James Boasberg, em Washington, D.C.**, o notório juiz-chefe do Tribunal FISA, ameaçou com desacato os voos de deportação, acusando o governo de "desrespeito intencional" às suas ordens anteriores. Outros juízes derrubaram as exigências de identificação eleitoral de Trump, as diretrizes contrárias à diversidade, equidade e inclusão, os cortes no financiamento da USAID e a proibição de transgêneros nas forças armadas, tudo isso em um intervalo de duas semanas. A sincronização temporal e a uniformidade ideológica dessas decisões não podem ser descartadas como mera coincidência — elas apontam para uma conspiração sinistra entre juízes não eleitos para minar um presidente eleito por uma esmagadora

Criminosos na atual tentativa de golpe judicial contra a República Americana			
			
Juiz distrital dos EUA William Orrick em São Francisco.	A juíza distrital dos EUA, Charlotte Sweeney , em Denver.	Alvin Hellerstein em Manhattan, fazendo o sinal 666 — a Marca da Besta.	Juiz distrital dos EUA James Boasberg em Washington, DC

Esse padrão expõe uma conspiração judicial que atua como um governo paralelo, desafiando o mandato do povo americano. A vitória esmagadora de Trump foi um chamado urgente para acabar com o caos migratório provocado pelos democratas — cidades-santuário, fronteiras sem controle e proteções perigosas para deportados. No entanto, esses juizes, que não prestam contas aos eleitores, estão tentando anular a escolha do eleitorado, servindo não à Constituição, mas à máquina política que sofreu uma derrota histórica.

O Código de Conduta: Um Escudo Desrespeitado

[Código de Conduta para Juizes dos Estados Unidos](#). Consagrado para proteger a integridade judicial, o Código de Ética Judicial proíbe explicitamente tal traição. **O Artigo 1** exige que os juizes “mantenham a integridade e a independência do Judiciário”, mantendo uma postura imparcial e livre de influências externas. **O Artigo 2** ordena aos juizes que “evitem condutas impróprias e a aparência de conduta imprópria em todas as suas atividades”, uma diretriz que esses juizes têm obliterado com imprudência. Ao emitirem decisões quase idênticas em rápida sucessão, juizes como Orrick, Sweeney, Hellerstein e Boasberg criam uma evidente aparência de coordenação — senão de conspiração declarada — para minar a agenda de Trump. **O Artigo 3** exige que os juizes “desempenhem as funções do cargo de forma justa e imparcial”, mas suas decisões consistentemente apoiam políticas alinhadas aos democratas, revelando um viés que exala patrocínio partidário.

O Código é inequívoco: os juizes não só devem ser imparciais, como também devem aparentar imparcialidade perante o público. Quando esses juizes bloqueiam repetidamente as ordens de Trump — frequentemente com liminares de âmbito nacional que extrapolam sua jurisdição — alimentam a suspeita de uma agenda partidária orquestrada para frustrar a vontade popular. Suas ações violam os princípios éticos, corroendo a confiança pública no judiciário e suscitando acusações de conduta imprópria. Tais violações graves não são meros descuidos; são crimes passíveis de impeachment, pois minam a separação dos poderes e desafiam o processo democrático que elegeu Trump por uma ampla maioria.

Juiz Presidente Roberts: O Supervisor Negligente com Divisão Lealdades

No ápice dessa farsa judicial está o **Juiz Presidente John G. Roberts Jr.**, cuja falha em garantir a imparcialidade judicial nada mais é do que uma negligência de dever — agravada por alegações chocantes de lealdades divididas, os laços de sua esposa com elites globalistas e uma rede clandestina de

A Grande Conspiração Judicial:

Juízes federais não eleitos desafiam o mandato de Trump e violam princípios éticos.

Página 4

Elites jurídicas conspirando por meio dos Inns of Court para promover uma agenda pró-britânica. Como chefe da Conferência Judicial dos Estados Unidos e da Suprema Corte, Roberts tem a tarefa de supervisionar a adesão do judiciário federal ao Código de Conduta, disponível no site [dos Tribunais dos EUA](#). No entanto, sob sua supervisão, juízes federais agiram de forma descontrolada, emitindo decisões que se alinham de forma suspeita com as agendas democratas e britânicas, sem qualquer controle ou fiscalização significativa.

Sua inação não é mera negligência; é uma traição ao povo americano, tornada ainda mais grave por uma denúncia bombástica em um caso da Suprema Corte de 2020 (*Arunachalam v. Lyft, Inc.*, Caso nº 19-8029) e por uma denúncia centenária do [plano da Sociedade dos Peregrinos Britânicos de reanexar a América ao domínio britânico](#). Ver [Conferência Judicial](#) de 14 de março de 2001 novas regras complexas e relaxantes

Requisitos de divulgação de fundos mútuos permitem que juízes ocultem suas participações corporativas em fundos mútuos conspiratórios.

A denúncia no caso *Arunachalam v. Lyft* expôs a suposta filiação de Roberts à Ordem de Malta, um priorado inglês, uma ordem secreta ligada à monarquia britânica e supervisionada pelos Príncipes de Gales. A denúncia alega que isso criou um profundo conflito de interesses, levantando questões sobre se sua verdadeira lealdade reside na Constituição dos EUA ou na Coroa Britânica. O processo afirma que o afastamento de Roberts em 18 de maio e 29 de junho de 2020 foi uma “admissão” desse conflito, alegando que ele “se envolveu em conflito de interesses contra inventores como membro da Ordem de Malta, com lealdade à Rainha da Inglaterra, que controla a SERCO e a QinetiQ Group Plc, ambas empresas britânicas, em serviços que prejudicam as propriedades de patentes dos inventores”. A denúncia argumenta que essas empresas, controladas por uma “Ação Especial” detida pela Coroa Britânica, administram o Escritório de Patentes dos EUA, minando os direitos dos inventores americanos. A denúncia vinculou os Cavaleiros de Malta às redes financeiras da City de Londres, historicamente ligadas aos jesuítas e à família bancária Rothschild, ampliando a narrativa de influência estrangeira.

A mesma denúncia revelou os envolvimento de Jane Sullivan Roberts com mais de uma centena de clientes globalistas, listados nas [páginas 49 a 63 do PDF](#). (Apêndices 10A–24A), referentes ao período em que trabalhou na Major, Lindsey & Africa, antes de se tornar sócia-gerente da Macrae. Entre seus clientes, estão escritórios de advocacia como Allen & Overy, Clifford Chance e Linklaters, e empresas como Google, Microsoft, JPMorgan Chase e Goldman Sachs, muitas com ligações com o centro financeiro de Londres. A denúncia alega que esses clientes estão alinhados com bancos da City de Londres (por exemplo, Barclays, HSBC, Lloyds) e empresas (por exemplo, BP, GlaxoSmithKline), criando uma rede de influência que compromete a imparcialidade de Roberts. Embora o processo não confirme o financiamento direto, o trabalho transatlântico de Jane e sua lista de clientes sugerem relações interligadas com elitistas globalistas, ecoando preocupações sobre seus US\$ 10 milhões em comissões entre 2007 e 2014.

Esse escândalo se aprofunda com uma reportagem investigativa de 1912.

[Lillian Scott Troy](#), republicado em



Figura 3: Brasões combinados das quatro Inns of Court. No sentido horário, a partir do canto superior esquerdo: Lincoln's Inn, Middle Temple, Gray's Inn, Inner Temple. As quatro Inns estão localizadas próximas umas das outras no centro de Londres, perto do limite oeste da City de Londres.

A Grande Conspiração Judicial:

Juizes federais não eleitos desafiam o mandato de Trump e violam princípios éticos.

Página 5

Em 1940, o deputado Jacob Thorkelson apresentou ao Congresso um plano detalhado da Sociedade dos Peregrinos, composto por 24 etapas, para restaurar o domínio britânico nos Estados Unidos. O plano, financiado por figuras como Andrew Carnegie, J.P. Morgan e J.D. Rockefeller, visava subverter as instituições americanas, incluindo a Suprema Corte, para favorecer os interesses britânicos. Um mecanismo fundamental era a influência das Inns of Court na cidade de Londres (Lincoln's Inn, Inner Temple, Middle Temple e Gray's Inn), descritas como um centro histórico do poder jurídico britânico para os Cavaleiros de Malta e ligadas às práticas de sigilo dos jesuítas e aos Rothschild. Os autos do processo *Arunachalam v. Lyft* observam que os tribunais americanos recebem instruções das Inns of Court, e as Inns of Court americanas, estabelecidas como "imitadoras", servem como um clube exclusivo de advogados e juizes que conspiram para promover essa agenda. O plano de 24 etapas da Sociedade dos Peregrinos...

A estratégia principal incluía a revisão da Suprema Corte para incluir apenas juizes "dispostos a serem absorvidos pela Grã-Bretanha" e o estabelecimento de precedentes contra o Senado dos EUA, garantindo um judiciário pró-britânico.

A alegada filiação de Roberts à Ordem de Malta e os laços de sua esposa com a City de Londres se alinham de forma perturbadora com esse plano, sugerindo que ele seja uma peça-chave em uma conspiração centenária para minar a soberania americana.

A recusa de Roberts no caso *Arunachalam v. Lyft* valida essas alegações, uma vez que o processo argumenta que isso comprova que "os fatos e a lei estão do lado de [Arunachalam]". O impedimento de outros seis juizes em um caso relacionado (nº 18-9383) sugere uma conspiração mais ampla. Sua omissão em abordar esses conflitos estabelece um "precedente terrível de que juizes podem manter conflitos de interesse", violando o Cânon 2. A ligação com as Inns of Court, conforme alegado no plano da Pilgrims Society, implica Roberts em uma rede de elitistas jurídicos.

Trabalhando para garantir uma Suprema Corte pró-britânica, traíndo seu juramento e possibilitando a conspiração judicial de 2025 contra Trump.



Figura 4: A Rainha Elizabeth com suas insignias dos Cavaleiros de Malta, do Priorado Inglês.

Em jogo: a República Americana e a Soberania sob ataque

As implicações são assustadoras. A vitória esmagadora de Trump foi um chamado urgente para acabar com o caos migratório provocado pelos democratas — cidades-santuário, fronteiras sem controle e proteções perigosas para deportados. No entanto, juizes não eleitos, imunes à responsabilização, estão tentando anular a escolha do povo. Suas decisões coordenadas, em desafio ao Código de Conduta, revelam um judiciário capturado por interesses partidários e estrangeiros, disposto a sacrificar a ética pela política. A influência dos Inns of Court, como exposto por Lillian Scott Troy, evidencia uma conspiração mais profunda para alinhar o judiciário aos interesses britânicos, com Roberts como figura central. A aparência de impropriedade não é apenas uma violação do Código de Conduta; é uma traição ao povo americano, que merece um judiciário leal ao seu voto e à soberania da nação.

A Grande Conspiração Judicial:

Juízes federais não eleitos desafiam o mandato de Trump e violam princípios éticos.

Página 6

Essa conspiração exige ação imediata. O Congresso deve investigar esses juízes por violações éticas e considerar o impeachment. A Conferência Judicial deve apurar a influência das Inns of Court e os laços estrangeiros de Roberts, pois minam a legitimidade judicial. Acima de tudo, Roberts deve ser responsabilizado por sua negligência e lealdades comprometidas, já que seu papel no plano da Sociedade dos Peregrinos ameaça a independência americana.

Os autores estão cientes de que, embora tenham solicitado investigações, o desafio será encontrar investigadores, de preferência não profissionais do direito, que não estejam eles próprios contaminados por esta corrupção jurídica generalizada.

Conclusão: Um apelo à restauração da justiça e da soberania

Em 5 de novembro de 2024, o povo americano se manifestou, concedendo ao Presidente Trump um mandato esmagador para assegurar as fronteiras do país e dismantelar as políticas de imigração ilegais dos Democratas. No entanto, uma conspiração de juízes federais não eleitos, escritórios de advocacia de fachada, funcionários e assessores jurídicos, em flagrante violação do Código de Conduta, uniram-se para bloquear cada passo dado por ele, desafiando a vontade do eleitorado. Suas ações, marcadas por impropriedade e parcialidade, são passíveis de impeachment. O Juiz Presidente John G. Roberts Jr. é o principal responsável por essa rebelião judicial, cuja negligência é agravada por seu admitido conflito de interesses com a Ordem de Malta, pelos laços de sua esposa com mais de cem clientes da City de Londres e por seu papel na conspiração pró-britânica das Inns of Court, como exposto no caso *Arunachalam v. Lyft, Inc.*, e no plano de 24 pontos da Pilgrims Society para anexar os Estados Unidos.

O tempo da complacência acabou. O judiciário deve ser responsabilizado e o Código de Conduta deve ser aplicado sem medo ou favorecimento. Se permitirmos que juízes não eleitos e um presidente do Supremo Tribunal Federal comprometido minem um presidente eleito legitimamente, corremos o risco de perder nossa república e soberania para forças estrangeiras e globalistas. O povo americano merece justiça e um judiciário leal à Constituição, não a coroas estrangeiras ou elites internacionais.

Avisos: Compartilhe com atribuição. As opiniões são para discussão, não para serem consideradas definitivas — verifique de forma independente. Para uso educacional sob a doutrina do uso justo. Nenhuma reivindicação de propriedade de terceiros é pretendida. Erros serão corrigidos mediante aviso prévio.